



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ATA Nº 23/2016

**ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos **vinte e seis** dias do mês de **novembro** do ano **dois mil e quinze**, pelas **catorze horas e trinta minutos** reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em **5ª Sessão Ordinária**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Deolinda Martins, Domingos Tomé e Tânia Beleza, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO-----

PONTO 2 - ORÇAMENTO E GOP'S DE 2016-----

PONTO 3 - MAPA DE PESSOAL DE 2016-----

PONTO 4 - ORÇAMENTO DOS SIMAR-----

PONTO 5 - PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA PELA SOCIEDADE LUSITANOS D'ATELA – CRIAÇÃO DE CAVALOS LDA. -----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Cabral**, pelo Membro **João António**;-----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **António Fonseca**, pelo Membro **Luís Gameiro**;-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Miguel Ramos**, pelo Membro **Paulo Ribeiro**;--

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Miguel Cabrita**, pelo Membro **Fernando Morais**. -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **António Pedro**, pelo Membro **Adventino Amaro**;-----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal **Pedro Roberto**, pelo Membro **Marco Almeida**-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos 36 Membros da Assembleia Municipal, tendo-se verificado a ausência do membro Lúcia Mateus, pela bancada da CDU, -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pelo **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins**, e os **Senhores Vereadores** que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Srs. Vereadores, Paulo César Teixeira, José Esteves, Fernanda Franchi, Edgar Valles e Mónica Vilarinho pela bancada do PS, Carlos Bodião e Ana Isabel Gomes pela bancada do PPD/PSD, Rui Francisco, pela bancada da CDU-----

Havendo quórum, a **Sra. Presidente da Assembleia em Exercício** deu início à Reunião.-----

A Sra. Presidente da Assembleia em Exercício deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

Pela bancada da **CDU**, foi apresentado uma **Proposta de Recomendação** sobre "**Revisão Lei sobre as Taxas Municipais**" (documento nº 1), que a pedido da bancada vai ser retirado tendo sido convertido, após renumeração dos documentos, em doc. nº 3, dado o conteúdo ser sobre o mesmo tema do doc. apresentado como nº 4. -----

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma Moção "**Saudação ao 25 de novembro**" (documento nº 1), que seguidamente se transcreve:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

"Considerando que: -----

1. Desde 1999, data em que a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o **25 de Novembro**
2. como o **"Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres"**, que este é
 , um dia de reconhecimento, batalha e resistência; -----
A violência contra as mulheres é um fenómeno inerente à opressão patriarcal e à existência de culturas machistas e misóginas em diferentes sociedades, revelando inegavelmente o quão coxas ainda estão as nossas democracias; -----
3. A violência contra as mulheres é generalizada e, apesar dos vários Planos Nacionais para a Igualdade e Contra a Violência Doméstica e das campanhas já realizadas, o crime continua todos os dias a invadir os jornais e telejornais deste país; -----
4. Anualmente muitas mulheres são vítimas de violências, chegando mesmo a largas dezenas as que são assassinadas, só em 2014 foram registados oficialmente 42 casos em Portugal; -----
5. Essa violência é infligida maioritariamente pelos homens (maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros, namorados, ex-namorados, amigos e parentes) que, frequentemente, recorrem a este meio para preservar ou reforçar o seu poder sobre as mulheres, sendo um problema. -----
6. Um dos principais motivos pelos quais as cifras da violência doméstica continuam altíssimas, deve-se ao aumento das denúncias, o que representa um avanço importante. Há, pois, mais mulheres a denunciar e mais gente vigilante. Contudo, sabe-se também que muita violência continua invisível; ---
7. Uma das razões para a invisibilidade da violência é o facto desta ocorrer, muitas vezes, na sombra, entre as quatro paredes do espaço privado. Outra das razões prende-se com o facto de, na maior parte das vezes (nomeadamente, devido ao receio das próprias vítimas e/ou à sua dependência económica e afetiva), não haver acusação. A terceira razão, resulta da perpetuação dos valores dominantes, das tradições e até, das próprias leis, onde o fenómeno já foi considerado natural e normal, raramente interpretado como um crime de género; -----
8. Ficou célebre a atenuante do marido que matou a mulher, dizendo: "ela deixava esturrar o arroz". Isto só funciona como atenuante porque o ao a juíza aceita os papéis de género. Se fosse ao contrário, a mulher nunca teria a pena atenuada por uma razão dessas; -----
9. Relacionado com o facto de, ainda hoje, serem aplicadas penas que, de tão leves (como a pena suspensa), pouco protegem a vítima, deixando o criminoso praticamente impune, mesmo sendo a violência doméstica considerada crime público. Isto significa que a violência continua, de certa maneira, a ser aceite, sendo percebida tanto pelas pessoas, como pelas instituições e pelo próprio Estado, como uma questão de ordem estritamente privada e não como um crime relevante para a esfera pública; ----
10. A violência contra as mulheres adota várias formas, desde a violação do direito à autodeterminação, ao casamento forçado, à molestação sexual ou psicológica, à exploração ou discriminação, continuando a



Assembleia Municipal de Odivelas

existir mulheres assediadas, violadas, traficadas, mutiladas e assassinadas em todas as partes do mundo; -----

- 11.** *Em várias cidades do mundo, e por tantas em Portugal, mulheres e homens marcharam, no dia **25 de Novembro**, pretendendo sensibilizar a sociedade para este fenómeno hediondo. É imperativo que se comecem a adotar, de forma rigorosa e generalizada, os mecanismos necessários para combater as opressões de género, articuladas com opressões económico-sociais, de etnia, nacionalidade, orientação sexual e outras.* -----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em plenário no dia 26 de Novembro de 2015, delibera: -----

- 1. Condenar todas as formas de violências e discriminações exercidas sobre as mulheres;* -----
- 2. Pugnar pela efetiva implementação das convenções internacionais e dos planos nacionais existentes, no domínio da promoção da igualdade de género e do combate à violência contra as mulheres;* -----
- 3. Saudar todas e todos os que em todo mundo diariamente lutam pelo fim das violências sobre as mulheres.* -----

Pela bancada da CDU, foi apresentado uma sobre Moção **“Em defesa dos Serviços Públicos de Água, Saneamento e Gestão de Resíduos”** (documento nº 2), que seguidamente se transcreve: -----

“Nos últimos 30 anos, o Poder Local Democrático tem sido determinante no sector das Águas e resíduos, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento das condições de vida das populações em todo o país. O novo quadro legislativo, ditado e concretizado pelo governo PSD/CDS, no âmbito da reestruturação destes sectores, representa transformações substanciais no papel do Poder Local e na configuração jurídico-constitucional que lhe conhecemos. -----

Na década de 90 do século passado, foi-se abrindo progressivamente a porta à vontade dos privados naquele que se poderia tornar o negócio da água. De um direito fundamental (assim expressamente reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, através da resolução A/RES/64/292) foi-se transferindo esse estatuto para o plano da mercantilização. -----

A privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF), a alteração à Lei de Delimitação de Sectores, a alteração dos estatutos jurídicos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), e por fim, a alteração ao Regime Jurídico dos Serviços de Âmbito Municipal de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos, vêm claramente retirar a gestão destes sectores às autarquias, a quem mais sabe gerir o bem público e quem mais conhecimento e experiência técnica e local possui, junto das populações. -----

São alterações que traduzem, no fundamental, uma estratégia de substituição: do serviço público pelo privado,



Assembleia Municipal de Odivelas

do acesso público e universal pelo lucro, do cidadão com direitos pelo cidadão – pagador e do emprego com direitos por mais exploração. -----

Tais alterações vão permitir a privatização pura e simples, dos sistemas multimunicipais de resíduos, e a fusão dos sistemas multimunicipais de Águas e saneamento, com o objetivo de entrega de toda a gestão a privados.-----

Por fim, dar poderes de fixação das tarifas destes bens e serviços – enquanto gestão municipal – a uma entidade externa ao Município, sem qualquer conhecimento das especificidades de cada região, e das suas populações, representa uma clara violação dos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, no que diz respeito à autonomia do Poder Local. A água é um dos pilares do desenvolvimento mais ambicionados pelo sector privado. Por ser imprescindível à vida e às mais diversas atividades económicas, deter o controlo deste recurso natural fundamental é, para o sector privado, usufruir de um dos mais vastos poderes, com repercussão em dimensões tão relevantes para o desenvolvimento como a social, ambiental, económica e de gestão territorial. -----

Ambicionando lucros garantidos, em Portugal o sector económico tem batido recorrentemente à porta de um poder político subserviente, com o intuito de ir gerando domínio sobre o sector da água. -----

Como passo no processo de privatização, a reestruturação do sector da água que funde sistemas e aumenta o preço da água para a generalidade dos consumidores, retira dimensão interventiva às autarquias.-----

Na reunião do Conselho de Ministros de 9 de Abril de 2015, juntamente com o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal, foi aprovada a criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, – Sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., - que agrega 8 sistemas multimunicipais e um total de 84 municípios. -----

No mesmo Conselho de Ministros foi referido que “Estes três processos de reestruturação permitem assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante das especificidades dos diferentes sistemas e regiões do país, aumentar a eficiência dos sistemas de águas e águas residuais urbanas com redução dos custos associados, garantir a disponibilidade dos meios financeiros para o investimento em infraestruturas e garantir a sustentabilidade económico-financeira das entidades gestoras com rigor e transparência na fixação das tarifas.” -----

Também no início deste ano já o governo PSD/CDS tinha concretizado a alienação das participações públicas do Estado na sociedade com a venda da Empresa Geral de Fomento (EGF) ao consórcio SUMA, liderado pelo Grupo Mota Engil, que abriu a concessão multimunicipal à participação maioritária de entidades privadas, subvertendo as condições que levaram os municípios a aceitar integrarem os Sistemas Multimunicipais. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Como se observa, esta estratégia aprovada pelo Governo vem retirar aos Municípios a capacidade que hoje detém por direito próprio, de intervenção direta na gestão das infraestruturas do atual Sistema Multimunicipal, que constituiu e constitui um pressuposto determinante da sua adesão ao mesmo.-----

É um modelo de governação dos serviços que deixa antever ameaças à natureza e à prestação de um serviço público ao serviço das populações, do desenvolvimento dos concelhos, das regiões e do País, a um acentuado e injusto aumento de tarifas e à degradação do emprego e dos direitos dos trabalhadores.-----

Lembrar ainda que à semelhança de outras más reestruturações de serviços públicos, que o governo PSD/CDS encetou, este processo tem sido uma estratégia totalmente desenvolvida à margem e contra a vontade dos municípios, em confronto e no desrespeito pelo cumprimento dos pressupostos e dos acordos parassociais que os levaram a aderir ao atual Sistema Multimunicipal. -----

A extinção dos sistemas existentes está associada a criação da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo (ADLVT) que agrega 84 municípios, que são também acionistas, e que foi concessionada à EPAL. -----

Em todo este processo os municípios não foram consultados nem para a extinção da SIMTEJO e SANEST nem para integrarem a ADLVT sendo ilegalmente obrigados a integrar esta nova empresa. -----

Mas associado a este processo e previsto no atual quadro legal estão aumentos, até 2020, de grande dimensão para os serviços de água, saneamento e resíduos, que nos municípios do distrito de Lisboa os aumentos oscilam entre 30% e 78%, o que constitui um esbulho aos rendimentos dos cidadãos.-----

A água que é comprada pelos Serviços Municipais à EPAL prevê-se que poderá aumentar 19% até 2020, e poderá aumentar já 7,7% em 2016. -----

O tratamento de esgotos poderá ter um aumento de 12% até 2020 e aumentará cerca de 10% em 2016. ----

A acrescentar a estes aumentos haverá ainda que prever que a taxa de tratamento de resíduos sólidos, já privatizada, que aumentará também cerca de 4,6%. -----

Assim em Odivelas e Loures: -----

□ A água que é comprada pelos SIMAR à EPAL prevê-se que aumente 19% até 2020, e poderá aumentar 7,7 % já em 2016. A confirmar-se, os SIMAR pagarão, em 2016, quase mais um milhão de euros pela água que adquirem à EPAL. -----

□ O tratamento de esgotos terá um aumento de 12% até 2020 e aumentará cerca de 10% em 2016, acarretando um aumento de despesa dos SIMAR com este serviço de 1,1 milhões de euros. -----

□ A taxa de tratamento de resíduos sólidos da VALORSUL, já privatizada, com o aumento previsto de cerca de 4,6% terá uma despesa acrescida de 120 mil euros. -----

Se estes aumentos não forem revertidos, os SIMAR terão um acréscimo da sua despesa em 2016 na ordem dos 2,3 milhões de euros, que representa um aumento de 8,8% face a 2015. -----

Na sua reunião de 19 de Março de 2015, o Conselho Metropolitano de Lisboa, já havia reiterado a sua firme rejeição do projeto de criação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de



Assembleia Municipal de Odivelas

Lisboa e Vale do Tejo, e depois de conhecida a recente resolução do Conselho de Ministros, o Conselho Metropolitano toma uma posição conjunta, onde rejeita frontal e totalmente o processo de reestruturação do sector das águas e dos resíduos, referindo que irá adotar todas as medidas necessárias e possíveis contra a sua concretização. -----

Considerando que os municípios desempenharam um papel determinante no processo de infraestruturação do país nos domínios das águas, saneamento e gestão de resíduos, contribuindo de forma notória para o desenvolvimento territorial e socioeconómico através da melhoria contínua dos sistemas e da gestão e conservação das redes, pelo que a presente estratégia se traduz numa clara e inaceitável expropriação aos municípios, que se irá revelar profundamente lesiva para as populações e os trabalhadores destes serviços públicos. -----

Considerando que além de lesar a autonomia local, o afastamento dos municípios – que foram sempre os legítimos representantes da população e do interesse público –, do núcleo central das decisões da sociedade agora criada, configura uma clara eliminação do processo democrático de tomada das decisões. -----

Considerando que este é todo um processo, eixo de um caminho há muito idealizado, que não serve as populações e muito menos o país (quer seja ao nível social, económico, ou financeiro), sendo que o sector da água (abastecimento e saneamento), dada a sua vital importância para as populações e para o país, deveria receber do Estado um apoio no investimento e no sentido de garantir o igual acesso de todos a estes serviços, representando por isso um sector que não poderá, nunca, ser elitizado ou objeto de concessões ou privatizações que criarão ainda mais agravadas desigualdades sociais, hoje já existentes fruto da atual situação que o país atravessa. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, tendo isso em conta, reunida no dia 26 de Novembro de 2015, delibera: -----

1. Manifestar a sua oposição a todo o processo que levou à concretização deste novo Sistema, que deste o início foi feito em profundo desrespeito pelos municípios e à revelia das atribuições do Poder Local, expressando a sua veemente defesa dos serviços públicos de água, saneamento e gestão de resíduos; -----
2. Defender a gestão pública da água como forma de defender a sua universalidade, demonstrando solidariedade com as ações políticas e institucionais que possam vir a ser tomadas pelo município no sentido de defender este princípio; -----
3. Apoiar todas as ações para reverter o processo de privatização da EGF/Valorsul – tratamento/reciclagem lixos; -----
4. Exigir ao governo a recriação da SIMTEJO e SANEST nas condições existentes aquando da sua extinção;
5. Exigir ao governo a reversão dos aumentos previstos até 2020 disponibilizando-se para a participação nas ações institucionais que venham a ser promovidas no sentido de impedir estes aumentos; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

6. Por último, exigir do poder autárquico que reafirme a rejeição da privatização da EGF e a recusa em aderir ao sistema de Águas de Lisboa e Vale do Tejo; -----

7. Saudar o Conselho de Administração dos SIMAR por assumir que o ajuste de 1,2% feito no tarifário dos SIMAR para 2016, correspondente à taxa de inflação, será revertido assim que os aumentos atrás referidos sejam revogados.-----

Pela bancada da CDU, foi apresentado uma sobre **Moção "Taxa Municipal de Direito de Passagem"** (documento nº 3), que seguidamente se transcreve:-----

"Considerando: -----

a) Que a criação da Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) e da Taxa de Ocupação de Subsolo (TOS) correspondem a justas reivindicações da Associação Nacional de Municípios face aos encargos para estes resultantes que derivam da atividade de empresas operadoras em diversos domínios dos territórios municipais; -----

b) A sucessiva recusa das referidas operadoras em liquidar por sua conta e diretamente aos municípios as referidas taxas; -----

c) O conteúdo exposto na Lei 5/2004 (Lei das Comunicações Eletrónicas) e o exposto na Lei 51/2011 -----

d) O conteúdo exposto na Lei 53/E/2006 o qual enquadra a aplicação da TOS e segundo o qual cabe às Assembleias Municipais a fixação das referidas taxas; -----

e) Considerando ainda que a decisão nº 98/2008 de 8 de Abril do Conselho de Ministros, que permite aos Operadores fazerem a repercussão das referidas taxas sobre os consumidores finais, perverte em absoluto os princípios que as sustentam; -----

f) O conteúdo das mensagens dirigidas por alguns Operadores aos consumidores finais visa desresponsabilizar os mesmos de alguns dos seus custos operacionais e colocar o ónus desse comportamento sobre o Poder Local Democrático; -----

Considerando ainda que o princípio da repercussão das taxas sobre os consumidores finais representa uma grave injustiça e se enquadra numa estratégia de confronto e asfixia do Poder Local a que urge pôr fim; -----

Os Eleitos na Assembleia Municipal de Odivelas, decidem manifestar o seu vivo repúdio pela presente situação resumidamente descrita e apelam aos Deputados da Assembleia da República que promovam com a devida celeridade as alterações legais que permitam impedir as práticas de repercussão sobre os consumidores finais de taxas que por estes não são devidas.-----

Pela Sr.ª **Presidente da Assembleia Municipal em Exercício** foi dada posse ao Membro da Assembleia Municipal **Fernando Moraes**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Pela **Sra. Presidente da Assembleia em Exercício**, foi colocada à votação a admissão e discussão os documentos supra mencionados tendo sido **Aprovados por Unanimidade**.

No âmbito do **Período Antes da Ordem do Dia**, usaram da palavra os seguintes membros da AMO

António Ramos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:

"Na sequência das últimas eleições para a Assembleia da República, o Sr., Presidente da República indigitou, para formar Governo o líder da coligação de direita, Pedro Passos Coelho, uma vez que obteve uma maioria, ainda que relativa, de deputados.

Este seria o primeiro passo, a que teria que seguir-se a aprovação do Programa de Governo pela maioria da Assembleia da República.

A rejeição do programa de governo implicou, por imperativo constitucional, a demissão do governo de Passos Coelho.

Assistimos após essa demissão aos mais diversos ataques ao PS, ao seu líder António Costa e a todos os partidos da esquerda.

Partidos de esquerda que conseguiram colocar-se de acordo, de modo a que fosse possível apresentar ao Sr. Presidente da República uma proposta de governo com apoio de uma maioria parlamentar que é a única solução possível e aceitável.

Ao contrário do muito que tem sido dito, a isto chama-se democracia.

Resultado do acordo, teremos hoje um novo governo, um governo constitucionalmente legítimo, politicamente legítimo, com o apoio maioritário da AR.

E não tenham dúvidas com o apoio da grande maioria dos portugueses.

Um novo Governo, em que em primeiro lugar vão estar as pessoas, porque para nós as pessoas estão e estarão sempre em primeiro lugar, as pessoas são e serão a nossa grande preocupação.

Permitam para terminar, e porque os últimos são sempre os primeiros, manifestar a grande satisfação, o nosso grande orgulho, do PS de Odivelas mas também da bancada do PS nesta AM, pela indigitação do Sr., Presidente, da AMO para membro do novo Governo, como Secretário de Estado do Emprego.

De Miguel Cabrita, enquanto cidadão, todos sabemos e conhecemos as grandes capacidades que possui e de que aqui tem dado imensas provas.

Esta é não tenhamos dúvidas, uma grande honra para esta Assembleia e para o Concelho de Odivelas.

Ficam os nossos votos de felicitações e de bom trabalho, que acreditamos serem comungados por toda a assembleia, pois tal significará que o nosso país ficará melhor do que está!



Assembleia Municipal de Odivelas

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, felicitou a indigitação do Presidente da AMO para Secretário de Estado com a pasta do emprego. -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS** apresentou uma declaração política para ser convertida em **Moção**, passando a ser o doc. nº 4 sobre "**Ataques Terroristas na Europa**", que seguidamente se transcreve:-----
"No passado dia 13, Paris, a cidade luz, foi vítima de um dos mais violentos ataques terroristas na Europa, causando 129 mortos e mais de 300 feridos, dos quais cerca de uma centena em estado considerado muito grave. A capital francesa voltou ao estado de emergência que não conhecia desde a II Guerra Mundial e toda a Europa reforçou meios de segurança face à ameaça de novos atentados. Os atentados terroristas perpetrados em Paris (129 mortos), em Beirute (43mortos), na universidade queniana de Garissa (147 mortos), ou a bordo de um avião russo, no Sinai (224 mortos), mas também nos ataques dos extremistas islâmicos em Bagdad, Alepo ou Damasco somam milhares de vítimas. Não esqueceremos as Twin Towers, em Nova Iorque, a estação de Atocha, em Madrid, a rede do metro de Londres e todos os lugares do mundo onde se mata cobardemente. Com efeito, todos os atentados contra a vida de cidadãos indefesos merecem o nosso repúdio. Os extremistas, traduzidos em violência terrorista, afetam gravemente a vida dos cidadãos e constituem o regresso à barbárie. Assim a Assembleia Municipal de Odivelas, condena os atos de terrorismo e reafirmamos os valores da liberdade e democracia, tão enraizados na nossa sociedade."-----

Pela **Sra. Presidente da Assembleia em Exercício**, foi colocada à votação a admissão e discussão do documento tendo sido **aprovada por Unanimidade**. -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, fez um pedido de esclarecimento -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, fez referência aos massacres que ocorreram em todo o mundo com os bombardeamentos, que se traduzem em interesses económicos e políticos. -----

Pelas **14h45**, foram interrompidos trabalhos -----

Pelas **15h15** foram retomados os trabalhos -----

Retomados os trabalhos usaram da palavra: -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, referiu o sentido de voto às moções apresentadas-----

Lúcia lemos, pela bancada da **CDU**, propôs alteração ao título da Moção do **BE**-----

Paulo Sousa, pela banca do **BE**, respondeu ao pedido de alteração apresentado pela **CDU** -----

João António, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

"A Assembleia da República aprovou na passada sexta-feira dia 20 de novembro os projetos de lei do PS, BE, PCP e PEV para revogar as alterações à lei da interrupção voluntária da gravidez (IVG) aprovadas à pressa por PSD e CDS-PP no último plenário da legislatura anterior. -----

Na verdade o que foi revogado era o vexame que a coligação PSD-CDS-PP queria que as mulheres que recorrem à IVG passassem, a obrigatoriedade de a mulher comparecer a consultas com um psicólogo e um técnico de serviço social, bem como a possibilidade de os médicos objetores de consciência poderem participar nas várias fases do processo de aconselhamento era no mínimo ridícula e uma humilhação. -----

Foi ainda o fim das taxas moderadoras na prática da IVG. -----

Nesse mesmo dia o parlamento aprovou na generalidade a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, iniciativa rejeitada na anterior legislatura mas que agora avança devido à maioria parlamentar de esquerda liderada pelo Partido Socialista. -----

Desde dia 20 de novembro a nossa sociedade evoluiu, agora permite outro tipo de família que até aqui a lei não previa, esperamos que esta evolução vá ser o ponto de viragem para muitas crianças passarem a ter uma família, passarem a ter um lar. -----

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odivelas felicita a Assembleia da República por ter tomado duas decisões tão importantes para a nossa sociedade." -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção sobre a modificação por parte da CDU do título da moção sobre o 25 de novembro. -----

Paulo Sousa, pela banca do **BE**, fez uma intervenção em defesa da honra -----

António Ramos, pela bancada do **PS**, fez referência às moções e ao sentido de voto da bancada -----

Fernando Painho, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção sobre a temática das taxas. -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"O Espaço Público contém em si uma dimensão de extrema importância no desenvolvimento da Comunidade, na promoção da sua coesão e prosperidade! -----

Sem o seu suporte, dificilmente as polícias públicas são exequíveis e surtem o efeito desejável sobre a população e o território. -----

Ao analisarmos o Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano para 2016 verifica-se que nas Funções Sociais e Económicas existe um aumento orçamental de cerca de 15,00 % e 41,00% respetivamente. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

Este crescimento de disponibilidade financeira é investimento direto no Território e com claros efeitos na qualidade de vida dos munícipes e de quem vem todos os dias trabalhar e visitar Odivelas. -----

Não concordar com estes factos é, como se diz popularmente, é "tapar o sol com a peneira"! -----

Não podemos deixar de elogiar o Orçamento Municipal para 2016. -----

No Planeamento e Ordenamento do Território, as dotações orçamentais para 2016 sobem 71,0% em relação ao ano 2015. -----

Este reforço orçamental significa o trajeto de transformação territorial do legado de décadas de urbanização sem critério, ausente de planeamento e desenho. -----

No Ambiente, a redução dos montantes a pagar à nova entidade que substitui a SIMTEJO, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, são menos 44,0% do que foi dotado no orçamento do ano corrente. -----

Na limpeza das linhas de água a dotação para 2016 sobe 100,0%, reforçando assim a capacidade de intervenção nesta área e aumenta a capacidade para mitigar os problemas associados à rede hidrográfica do concelho. -----

Ao nível da mobilidade, na globalidade as dotações orçamentais tiveram um reforço de cerca de 120,0 % entre o orçamento do corrente ano e 2016. -----

O sucesso da carreira Linha Azul, onde se destaca a implementação do Voltas II entre o Olival Basto, Póvoa de Santo Adrião e Sr. Roubado, envolve um investimento de cerca de 173 mil euros e que estão ao serviço da população e promove a coesão social, a proximidade territorial O Orçamento Municipal para 2016 é uma clara viragem na forma de planear e gerir o Município, com políticas publicas claras e objetivas e que terão real efeito na população e território do município de Odivelas." -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, fez referência à Moção apresentada pela CDU-----

Edgar Valles, pela bancada do **PS**, esclareceu que a bancada recusa o aditamento à moção proposto pela bancada da CDU -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção sobre a votação por parte da bancada da CDU no executivo municipal.-----

José Falcão, pela bancada do **BE**, fez uma intervenção em relação aos ataques terroristas -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, requereu o prolongamento do PAOD nos termos regimentais-----

Isabel Coelho, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

"Comemorámos há poucos dias os 17 anos da existência do Município de Odivelas, 17 anos de trabalho diário em prol do Concelho e da qualidade de vida dos Odivelenses. -----

Trabalho diário em que as pessoas são, têm sido e continuarão a ser o centro de todas as nossas preocupações.-----

Trabalho diário reconhecido pela grande maioria dos Odivelenses, mas também por outras entidades. -----

Foi assim com muita satisfação, com bastante agrado que tomámos conhecimento da distinção de "Autarquia + Familiarmente Responsável" atribuída ao Município de Odivelas pelo "Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis". -----

Este é mais um reconhecimento de todo o trabalho desenvolvido e que tem por base uma visão estratégica fundamental – a de que AS PESSOAS são o centro de todas as NOSSAS decisões. -----

Trabalhamos diariamente para que as famílias Odivelenses tenham qualidade de vida e igualdade de oportunidades, num esforço diário em ações que abrangem, de forma transversal, toda a Câmara Municipal e das quais destacamos, entre muitas outras: -----

- A implementação do IMI familiar para famílias com 2 e mais filhos; -----

- A oferta dos manuais e fichas escolares a todos os alunos do 1º Ciclo da rede pública; -----

- As 3 refeições escolares diárias no 1º ciclo e pré-escolar; -----

- O Clube do Movimento e a Universidade Sénior; -----

- O Cartão Família Numerosa; -----

- Iniciativas culturais e desportivas promotoras do convívio inter geracional e entre famílias;-----

- O fundo de emergência social. -----

A verdade é que Odivelas é um Município Familiarmente responsável e, ao mesmo tempo, financeiramente responsável. -----

Trilhámos um caminho de desenvolvimento do apoio prestado às famílias Odivelenses, ao mesmo tempo que consolidámos financeiramente o Município, que hoje tem uma capacidade de endividamento de 70%, sendo a prova que rigor não tem de rimar com austeridade e pobreza. -----

Entendemos esta distinção, este prémio, como sendo não só do Executivo Municipal mas de todos os trabalhadores e trabalhadoras deste Município, que diariamente se empenham e dão o seu melhor pelas famílias deste Concelho e que, por isso, merecem, com toda a justiça, partilhar esta distinção. -----

Para todos eles e em nome da Bancada do PS, as nossas felicitações." -----

Pela bancada da CDU foi pedida a prorrogação do tempo do PAOD, pela Sra. Presidente da Assembleia em Exercício, foi posto à votação o referido pedido tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Fernando Painho, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção sobre a moção do terrorismo -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD** proferiu uma intervenção sobre o acordo feito pelo governo com os partidos à esquerda -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, fez um pedido de esclarecimento em relação à intervenção que a bancada do PSD fez sobre o atual Governo-----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, fez uma intervenção sobre os países que fornecem armamento aos terroristas.-----

António Monteiro, pela bancada da **CDU** proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto. -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção sobre o sentido de voto das moções apresentadas. -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*“Assim que foi conhecida a intenção do governo de coligação PSD/CDS de encerrar o Instituto de Odivelas, através da fusão entre este, os Pupilos do Exército e o Colégio Militar, sem que previamente tenha existido qualquer tipo de consulta ou diálogo com os órgãos eleitos do Concelho de Odivelas, **Odivelas tomou uma posição firme e veemente contra esta decisão.*** -----

Infelizmente, a luta travada pelos órgãos eleitos do Município - Câmara e Assembleia Municipal, e da Freguesia Junta e Assembleia de Freguesia, não vergou a teimosia e prepotência irracional da maioria do governo e o Instituto de Odivelas já não abriu no presente ano letivo.-----

Recordamos que esta instituição de ensino remonta a Janeiro de 1900, aquando da sua fundação pelo Infante D. Afonso, Duque do Porto e Condestável do Reino, então com a designação de Instituto Infante D. Afonso, sendo que os atuais estatutos e a designação de Instituto de Odivelas foram aprovados a 31 de Dezembro de 1942.-----

A sua história é longa, rica e complexa, nos seus protagonistas, na adoção de diferentes planos de estudos, na criação e na implementação de práticas educativas já seculares, mas então inovadoras e únicas para a época, e confunde-se com a história deste Concelho, fazendo parte integrante da nossa marca identitária enquanto Odivelenses.-----

O reconhecimento da importância histórica, social, cultural e educativa do Instituto de Odivelas para este Município teve a sua consubstanciação na atribuição da Medalha de Honra, Grau Ouro, no âmbito das comemorações do 14º Aniversário do Concelho de Odivelas.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

P2
D. J.

Com esta medida, Odivelas perdeu as alunas, e perdeu uma instituição de ensino de reconhecida qualidade pedagógica. -----

Ficou a memória, a história e um edifício, classificado como Monumento Nacional desde 1910 e que faz parte do domínio privado do Estado Português. -----

É importante sublinhar que este património integra o Mosteiro de S. Dinis, mandado construir por este Rei maior da História de Portugal, local que este escolheu para acolher o seu túmulo real e este ninguém nos tira. O futuro do edifício, a sua conservação, valorização e manutenção e a sua fruição por parte da população residente e visitante, são, têm sido, preocupações recorrentemente manifestadas pela Câmara Municipal à Administração Central. -----

Foi com satisfação que tivemos conhecimento que a Câmara Municipal num elevado sentido de responsabilidade, respondeu afirmativamente ao contacto do Ministério da Defesa Nacional, no sentido de negociar a sua cedência, a título precário, por um prazo alargado, ao Município de Odivelas, uma vez que a classificação de monumento nacional impede a transferência deste património para o nosso Município, por via de aquisição ou outra. -----

Esta decisão, devidamente fundamentada a nível técnico, jurídico e financeiro, no sentido de manifestar a disponibilidade da Câmara Municipal para definir condições, prazo e um cronograma para a cedência do edifício, poderá no futuro permitir: -----

- a instalação de serviços municipais e outros serviços de utilidade pública (como por exemplo da PSP e/ou estabelecimento de ensino);* -----
- a sua valorização histórica (por exemplo, com a instalação do centro interpretativo D. Dinis)* -----
- a criação de uma zona verde de fruição e descompressão.* -----

Este processo negocial que agora se inicia e que queremos célere, responsável e justo para as partes envolvidas mas, acima de tudo, desejamos, possa vir a devolver à população de Odivelas algo que é intrinsecamente seu e que faz parte da sua identidade enquanto povo – o Instituto e Convento de Odivelas”. -----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, apresentou um requerimento que seguidamente se transcreve: --

“Hoje, vamos apreciar e votar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2016, o documento anual mais importante da Câmara Municipal que encerra uma visão estratégica do município que deve poder ir mais longe que o mero exercício de um único ano, principalmente em algumas áreas. -----

É neste contexto que aqui faço a pergunta: -----

- *Que futuro perspectiva a Câmara Municipal de Odivelas para a área do complexo desportivo do Porto Pinheiro, onde se encontrava o Estádio Arnaldo Dias que foi demolido em 2013, em resultado de um acordo com o Sporting Clube de Portugal, assinado extemporaneamente já que não havia um projecto*



Assembleia Municipal de Odivelas

B.
D. J.

definitivo aprovado, nem garantia de qualquer investimento mais elevado, tanto mais que então eram conhecidas as dificuldades financeiras do clube? -----

Agora, temos uma área aproximadamente de 50.000 metros quadrados, abandonados que transporta uma péssima imagem à cidade e à urbanização mais emblemática do concelho. E mais: inutilizou-se um dos maiores espaços desportivos onde centenas de jovens confraternizavam em torno da modalidade futebol.

Portanto, insisto: -----

Sabendo-se que o terreno é municipal, qual é a ideia ou ideias que a Câmara Municipal tem para o local? ----

Se vai manter o espaço dedicado a equipamentos públicos e quantos anos julga precisar para concretizar um qualquer projecto? -----

E já que estou a falar nas Colinas do Cruzeiro, aproveito para sugerir o rebaixamento de algumas lombas de desaceleração rodoviária, nomeadamente as que se encontram na rua Pulido Valente, por serem demasiado altas e a maioria dos automóveis lhes tocarem". -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, fez referência à intervenção apresentada pela bancada do **PS** sugerindo que quando criticam a retirada das alunas do Instituto se mantenham firmes e façam o possível para que as mesmas voltem a estudar no Instituto de Odivelas-----

António Ramos, pela bancada do **PS**, -----

Fernando Painho, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção lançando um alerta para que o executivo dê informações atempadamente e detalhadamente sobre este assunto. -----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, fez um pedido de esclarecimento ao executivo sobre o processo referente ao Instituto de Odivelas. -----

Adventino Amaro, pela bancada da **CDU**, fez uma intervenção em relação à moção sobre os ataques terroristas.-----

Pela **Sra. Presidente da Assembleia em Exercício** foram colocados à votação os documentos supra mencionados: -----

O documento nº 1 Moção sobre "**Saudação ao 25 de novembro**", foi colocado à votação tendo sido **Aprovada por Maioria**, com os votos a favor do **PS, PSD BE E CDS/PP**, e ainda em nome individual dos membros da Assembleia **José Carlos Pires, Joaquim Campos e Lúcia Lemos** com as **abstenções** em



Assembleia Municipal de Odivelas

B.
D. J.

nome individual de Luis Gameiro, Presidente da União de Freguesias de Ramada Caneças Ilídio Ferreira, Armindo Fernandes, Fernando Painho, António Monteiro, Maria João Loya e Adventino Amaro-

Pelos Membros da Assembleia Municipal **Lúcia Lemos, José Carlos Pires, António Monteiro** Presidente da União de Freguesias de Ramada Caneças, **Ilídio Ferreira, Armindo Fernandes e Luís Gameiro** foram apresentadas declarações de voto em nome individual que seguidamente se transcrevem: -----

Lúcia Lemos - *"Votei favoravelmente, não obstante o título da moção desvalorizar o tema a que a mesma se refere, porque no mundo e em Portugal a violência de género é, infelizmente, uma realidade sendo as mulheres a sua principal vítima. -----*

Em Portugal existe mais violência sobre as mulheres do que aquela que é noticiada. Muitas vezes as mulheres são violentadas física e psicologicamente por aqueles que mais amam: pais, marido e filhos. Essa violentação é, em muitos casos de carácter sexual. -----

A questão que a maioria das mulheres batidas e/ou violadas pelos seus filhos colocam quando se lhes diz que devem apresentar queixa-crime é: "Acha que eu vou denunciar o filho que carreguei nove meses na barriga, que alimentei e criei? Não. Não o farei. -----

É em nome destas mulheres e para que os seus homens lhe reconheçam os direitos eu são devidos, todos independentemente do seu género." -----

José Carlos Pires - *"Subscrevo todas as palavras que a minha camarada de bancada fez na sua declaração de voto." -----*

Armindo Fernandes - *"A CDU Absteve-se nesta votação porque, não obstante, concordar com o texto do documento, não pode aceitar que o seu título, possa levar a outras leituras, com as quais não concordamos. --- Sugerimos aos seus proponentes que substituíssem este título por aquele que objetivamente seria o correto "Dia Internacional para a Eliminação da Violência contras as Mulheres", que não foi aceite, só nos restava esta posição. -----*

António Monteiro - *"Considero que, tal como a bancada da CDU, a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres é extremamente oportuna. Revejo-me, na íntegra, tal como a bancada da CDU, naquilo que efetivamente a moção delibera. No entanto, o título da moção em questão contém em si mesmo uma provocação deliberada, verdadeiramente desajustada, que em nada valoriza, antes pelo contrário, o que importava na realidade afirmar em matéria de Eliminação da Violência contras as Mulheres. Apesar das propostas apresentadas no sentido de conseguir alterar o título da mesma, o Bloco de Esquerda mostrou-se irredutível na sua posição, não deixando qualquer*



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

abertura para a esse nível acolher uma qualquer outra sugestão .Foi estritamente nesse sentido, que a opção de voto que se me afigurou como sendo a mais correta foi a abstenção.-----

Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira - *“Estou de acordo com a essência da proposta, não com a forma. Não votei favoravelmente por isto. Não gosto de confusões.”* -----

Luís Gameiro - *“Abstive-me nesta votação embora concordando com o conteúdo o título está completamente errado. Uma coisa eu tenho a certeza que nem o PSD, nem o CDS/PP estiveram presentes, por isso que deu este título à proposta estava completamente errado.”* -----

O documento nº 2, Moção sobre “Em defesa dos Serviços Públicos de Água, Saneamento e Gestão de Resíduos” foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os **votos a favor** das bancadas do **PS, CDU, BE e CDS/PP** e com as abstenções da bancada do **PSD** -----

O documento nº 3, Moção “Taxa Municipal de Direito de Passagem”, foi colocado à votação, tendo **Aprovado por Maioria**, com os **votos a favor** das bancadas do **PS, CDU, BE e CDS/PP** e com as abstenções da bancada do **PSD** -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal **Fernando Painho** e **Luís Salmonete** pelas bancadas da **CDU** e **PSD** respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

Fernando Painho-----

“É para registar o agrado da aprovação desta Moção por parte desta Assembleia. Esta Moção é sobre princípios, lamentamos a abstenção do PSD, mas não estranhamos.” -----

Luís Salmonete -----

“Penso que isto chegaria à Assembleia da República se fossem separadas duas Moções com a taxa de ocupação do subsolo porque para apreciação dos grupos parlamentares seria mais correto, daí a nossa abstenção, porque estamos de acordo com o conteúdo. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

B.
R. G.

O documento nº 4, Moção "Ataques Terroristas na Europa" ", foi colocado à votação, tendo **Aprovado unanimidade.** -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal **Fernando Painho, José Pignatelli**, pelas bancadas da **CDU, CDS/PP**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----

Fernando Painho-----

"Não podíamos deixar de votar a favor desta Moção. Mas é absolutamente imprescindível analisar as causas do fenómeno que se passa neste momento no mundo e lamentamos que o PS não tenha aceite a nossa sugestão."-----

José Pignatelli-----

"Votei favoravelmente esta moção apesar de algumas considerações demasiado superficiais, a propósito da génese deste conflito de guerrilha urbana, onde um dos exércitos não tem rosto. -----

Independentemente das análises que se fazem, importa dizer bem alto que estes actos não nos tirarão a liberdade de viver, de exprimirmos as nossas convicções, sejam elas quais forem, e a liberdade de amar. -----

É claro que, como aqui foi dito pelo senhor deputado Edgar Valles, trata-se de uma problemática antiga, mesmo milénar, avivada com a queda do Império Otomano, ainda não muito longínqua (1923), que extremou e afastou correntes muçulmanas, particularmente entre os persas xiitas e os sunitas, por razões iminentemente geoestratégicas, a troco de declarações étnico-religiosas. -----

Naturalmente que o Mundo não muçulmano, sobretudo do pós II Grande Guerra, escolheu aliados entre estes países, uns mais próximos do Ocidente, outros do Leste; mas escolheram sobretudo fechar os olhos a países com regimes autocratas – muitos deles entre os mais violentos que se conhecem – como o caso da Arábia Saudita, onde as mulheres são das mais mal tratadas e marginalizadas no planeta, não podendo sequer partilhar qualquer espaço público com os homens, ou dedicarem-se a actividades consideradas de vocação masculina como conduzir ou assistir a um evento desportivo. Tudo isto suportado em crenças supostamente inscritas no Alcorão. -----

Não podemos também ignorar a actuação do Qatar no que se refere ao diferendo com os membros do proclamado Estado Islâmico. São precisamente estes dois países, acompanhados pela Turquia (curiosamente todos supostamente aliados do Ocidente) que comprem o crude que se produz nos territórios ocupados pelo auto-proclamado Estado Islâmico, a 20, 25 e 30 dólares o barril. São também estes estados que importam a maior parte das armas que são vendidas posteriormente ao exército islâmico. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Termino lembrando que estamos a debater um tema complexo que se ajusta mais a ser feito em outras sedes. Mas o mais importante é que a minha liberdade é inegociável. -----

Pela Sra. Presidente da Assembleia em Exercício foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentar dos esclarecimentos tidos por convenientes, que seguidamente se transcrevem---

"Dada a palavra ao Sr. Presidente, felicitou em nome individual e da CMO, o Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas, pelo seu cargo de Secretário de Estado do emprego, desejando-lhe "as melhores venturas e os melhores sucessos nesta sua nova jornada, e neste seu novo cargo". -----

Relativamente às questões que foram colocadas, o Sr. Presidente lembrou que tal como é do conhecimento público, a câmara na sua última reunião aprovou a sua intenção de acolher o Instituto de Odivelas. Lembrou também que, conforme informações prestadas anteriormente pelo Sr. Presidente na Assembleia Municipal, verificou-se uma grande pressão a partir do mês de julho por parte do Ministério da Defesa, com variada troca de expediente e realização de reuniões, e que desde o mês de setembro esses contactos intensificaram-se ainda mais, por parte do Diretor Geral do Ministério da Defesa, bem como por parte do Tenente Coronel Lopes, presente liquidatário do Instituto de Odivelas, no sentido de saberem se a câmara era ou não parte interessada em receber aquele imóvel. -----

O Sr. Presidente lembrou ainda o facto de o Ministério da Defesa ter inicialmente proposto a compra do imóvel, vindo-se a verificar mais tarde, numa visita técnica a impossibilidade da aquisição do mesmo, "visto tratar-se de um monumento nacional e os monumentos nacionais ainda são inalienáveis". -----

Esclareceu também que o período de concessão, dependerá do valor do investimento que o concessionário estiver disposto a efetuar no imóvel, explicando que quando se fala em imóvel, o mesmo tem contemplado todo o perímetro, toda a área do imobilizado, não apenas o edificado, mas também o não edificado, referindo que "só nas traseiras temos espaço mais do que suficiente, para fazer um grande parque natural, um grande parque da cidade". -----

Informou ainda que segundo dados técnicos, estima-se que o valor a investir ronde o montante de 16 milhões de euros, visto interessar "atingirmos o valor quanto mais alto melhor, porque quanto maior for o valor a investir, maior é o prazo que nos entregarão o imóvel, e fizemos numa tentativa de chegar aos 50 anos". Voltou a referir que a vontade e intenção de receber o imóvel, foi aprovada na última reunião de câmara, bem como o projeto financeiro e respetivo cronograma, dizendo que "apresentámos uma proposta séria na última reunião de câmara, que penso já ter sido encaminhada ao Ministério da Defesa, e o único senão é que não poderíamos perder mais tempo, era o nosso deadline, e digo-vos isso porque só numa semana recebi quatro chamadas do Diretor Geral do Ministério da Defesa, estava a terminar a fase de liquidação e o imóvel não poderia ficar abandonado, tendo a câmara tomado a dianteira". -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Sr. Presidente garantiu ainda aos Deputados Municipais que aquele imóvel terá sempre fins públicos, dando nota de que a proposta da Câmara Municipal de Odivelas, não será decidida pelo Ministério da Defesa, mas sim pela Direção Geral das Finanças e do Orçamento, segundo um algoritmo ou uma forma de cálculo.----

O Sr. Presidente apelou à participação de todos dizendo que "a partir de agora estamos todos, Deputados Municipais e População, convocados e convidados a tentar encontrar soluções para aquele espaço, que poderão passar por instalarmos a Câmara Municipal de Odivelas, a totalidade ou parte dos seus serviços, até porque temos instalações arrendadas, poderá passar também por um estabelecimento de ensino, por um lar, pela instalação da Polícia de Trânsito de Odivelas, existe agora um conjunto de objetivos, um conjunto de parceiros, aos quais nos poderemos associar, para conseguirmos dar vida àquele imóvel e concretizar um parque natural nas traseiras, à disposição da população".-----

O Sr. Presidente deixou ainda a nota de que "o caminho começa a fazer-se agora, nós ainda não recebemos resposta nem por parte do Ministério da Defesa nem da Direção Geral das Finanças e do Orçamento, mas a câmara não perdeu a oportunidade, politicamente, de dizer que este é um património dos odivelenses, que constitui muito da nossa identidade, que constitui muito do nosso sentimento de pertença à nossa terra, Odivelas."-----

Referiu também, que este processo foi "feito de forma responsável, de forma pensada, projetando o futuro e a partir de agora equacionando soluções, assim como também o tentámos fazer no passado, com o projeto do Complexo Desportivo do Odivelas Futebol Clube, se alguém falhou não foi a Câmara Municipal de Odivelas, se alguém não cumpriu com aquilo que protocolou, não foi a Câmara Municipal de Odivelas, porque o projeto existia, o projeto financeiro estava consubstanciado pela CGD, no entanto o novo presidente do Sporting, Bruno de Carvalho, a primeira coisa que fez foi rasgar esse project finance, e dizer que não era o interesse dele, e assim como fizemos no passado, estamos a fazer no presente, temos recebido muitos parceiros, muitos interessados, de todos os títulos e mais alguns, não fechámos as portas a ninguém e brevemente será trazida a uma reunião de câmara uma solução que possa devolver também aquele espaço, aos odivelenses". Terminou afirmando que "aquilo que vos garanto é que não estamos parados, estamos a tentar encontrar uma solução, que seja uma solução mais razoável e equilibrada, não esquecendo a situação económica e financeira da câmara, e o que pretendemos fazer com um parceiro, que isto fique para memória futura".-----

Seguidamente usaram da palavra os Membros da Assembleia Municipal -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, fez uma intervenção congratulando-se com o que foi feito, mas lamentou não terem feito alguma coisa quando o BE começou a falar neste assunto. -----

Fernando Painho, pela bancada da **CDU**, fez um pedido no sentido da intervenção do Sr. Presidente da Câmara ficar registada em ata. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

SP.

SP.
M

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, questionou o Sr. Presidente da Câmara se se lembrava sobre a situação financeira em que o Sporting se encontrava e porque assumiu o acordo com este clube. -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, fez pedido de esclarecimento sobre o Instituto de Odivelas, designadamente sobre o contrato a fazer entre o Instituto de Odivelas e o Ministério da Defesa. -----

Pela **Sra. Presidente da Assembleia em Exercício** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentar dos esclarecimentos tidos por convenientes, que seguidamente se transcrevem-----

"O Sr. Presidente esclareceu que estava apenas a ser irónico quando referiu "os monumentos nacionais ainda são inalienáveis". Reiterou ainda que, em julho numa reunião realizada com a Sra. Secretária de Estado Berta Cabral, foi colocada à câmara a possibilidade de aquisição do imóvel, vindo-se a saber numa reunião técnica, que tal não seria possível pois tratava-se de um bem inalienável. -----

Ainda sobre o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, reiterou tudo aquilo que disse anteriormente, e deu nota do seu ceticismo quanto ao período de concessão, considerando que dificilmente será superior a um período de 20 ou 25 anos, dando o exemplo prático de um município, que numa outra situação consubstanciou cerca de 80 milhões de euros de investimento, conseguindo um período de concessão de 50 anos, lembrando que a Câmara de Odivelas apenas pôde consubstanciar um investimento de 16 milhões de euros. -----

O Sr. Presidente evidenciou também que sempre que se assina um contrato entre duas partes, assume-se a boa-fé contratual, referindo que quando a Câmara Municipal assinou o contrato com o Sporting Clube de Portugal, partiu do princípio que ele seria cumprido pela outra parte, tal facto não aconteceu, e aquando da mudança de Direção do Sporting este mesmo contrato deixou de ser uma prioridade, e é metaforicamente "rasgado". Referiu ainda que "neste momento o sporting não deve nada à câmara, nem pela utilização do pavilhão, e que as obras que foram feitas pelo sporting no complexo desportivo "foi um trabalho feito com bastante qualidade com empresas acreditadas. -----

Terminou afirmando que este projeto com o sporting poderia ter sido uma mais-valia para o concelho de Odivelas, mas quando mudam as direções, podem sempre surgir novas orientações, e neste caso concreto "não correu bem, infelizmente para o concelho, infelizmente para a câmara municipal de Odivelas. -----

Em relação às questões colocadas, o Sr. Presidente informou que a caução existe e cobre o valor das obras de execução coerciva nas Colinas do Cruzeiro, quanto ao valor dos 15,7%, uma parte corresponde à Junta de Freguesia de Odivelas, que ronda os duzentos e trinta mil euros ano, e o valor remanescente corresponde à integração neste orçamento de todos os acordos adicionais que poderão ser explicados pelos Serviços Competentes da Câmara. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

B.

R. A.

Relativamente à questão da limpeza urbana, explicou que no passado foi criado um critério que dita as regras que deverão ser aplicadas a todas as freguesias. No que se refere à renegociação dos acordos e contratos o Sr. Presidente afirmou ter-lhe sido transmitido pela Sra. Presidente que os manuais de procedimento, que existiam nos antigos protocolos de delegação de competências, "seriam retirados dos atuais acordos". -----

No que concerne às áreas verdes o Sr. Presidente esclareceu que segundo informação dos serviços competentes da câmara, poderia haver um desvio nas medições unicamente de 2 ou 3%, resultante da forma como foi medido o terreno, uma vez as figuras poderão ser côncavas ou convexas, e como traçam polígonos corre-se o risco da medição não ser precisa. -----

Quanto à questão colocada, o Sr. Presidente realçou que durante o ano passado a Freguesia da Ramada não foi descurada, e deu vários exemplos de investimentos realizados, entre eles no Parque das Merendas, no Parque Infantil da Alameda da Juventude, na escola João Villaret, compreendendo-se só nestes três projetos meio milhão de euros. Garantiu ainda que a Escola da Amoreira e a Escola D. Dinis serão alvo de projetos no próximo ano. Deu ainda nota de que no presente momento estão a decorrer repavimentações nas freguesias da Ramada e de Caneças. -----

Relativamente à questão das fontes o Sr. Presidente esclareceu que, aquando da elaboração dos acordos e contratos interadministrativos os técnicos viram-se obrigados a encontrar fórmulas, algoritmos, para fazer as cedências, deparando-se com um problema quanto às fontes, devido à não existência de projetos que impossibilitavam a definição de uma estimativa de custos, e que para fazer face a esta situação, foi proposto aos Presidentes de Junta a passagem dos contratos de manutenção das fontes para a Câmara Municipal, ou caso assim o entendessem, a apresentação dos custos quantificáveis tidos com a manutenção das mesmas, porém, até à data nenhum Presidente de Junta o fez. -----

Ainda sobre as fontes e para terminar, o Sr. Presidente reafirmou que a Câmara Municipal reembolsará às Juntas de Freguesia todos os custos quantificáveis, despendidos na manutenção das fontes no ano de 2015, mediante a apresentação dos mesmos. Esta situação decorre do facto da câmara ainda não ter encontrado uma solução viável para este problema, estando previsto reativar o Grupo de Trabalho em 2016. -----

Relativamente aos contratos de emprego e inserção, o Sr. Presidente informou que na câmara só existem dezanove contratos, que se destinam unicamente a colmatar as faltas de pessoal nas escolas resultantes da sua maioria de baixas médicas, não são lugares em regime de permanência, o posto de trabalho é mantido, recorrendo-se nesses casos ao centro de emprego e inserção." -----

Seguidamente usaram da palavra os Membros da Assembleia Municipal -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, fez um pedido de esclarecimento sobre o contrato efetuado com o Sportin, -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

António Ramos, pela bancada do **PS**, fez um pedido à Mesa para que se passasse de imediato à Ordem do Dia -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, interveio, manifestando o interesse ao Executivo de aceitarem sugestões da assembleia municipal ou de lançar um concurso de ideias para o aproveitamento do espaço.-----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção no sentido de se aceitarem todas as sugestões, nomeadamente dos munícipes. -----

Pelas **17h30m**, registou-se a saída do membro da assembleia **Paula Paçó**, da bancada do **PSD** -----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Presente para apreciação a "INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO", remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião.-----

Pela **Sra. Presidente da Assembleia em Exercício** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins** para apresentação do ponto. -----

Dado o adiantado da hora, o ponto 1 foi aberto pela Sra. Presidente da Assembleia em Exercício, tendo sido colocado à consideração do plenário passar-se de imediato ao Ponto 2 da presente Ordem de trabalhos tendo sido **Aprovado por Maioria**, com o voto contra do membro da Assembleia Municipal, **Joaquim Campos** em nome individual. -----

PONTO 2 - ORÇAMENTO E GOP'S DE 2016

Presente para deliberação, a proposta de "Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016", de acordo com a informação Interno nº10729/2015, de 2015.10.23, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta



Assembleia Municipal de Odivelas

B
R. A

* Assembleia Municipal, aprovada na 21ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 2015-11-04, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

Pela **Sra. Presidente da Assembleia em Exercício** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----

No âmbito do presente ponto usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**,-----

José Pignatelli pela bancada do **CDS/PPP**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"O orçamento para 2016 que se apresenta encerra o mérito de ser cauteloso: significa um crescimento de 2,16% relativamente ao que se inscreve nos documentos previsionais deste ano, mas fica traduz um decréscimo em 1,39% relativamente ao valor total da execução orçamental que se espera conseguir no final deste ano. -----

No entanto – a nosso entender – expressa um vício antigo: a opção política em manter a inscrição no Orçamento, da verba de 18,3 milhões de euros que a Câmara Municipal reclama da "Instalação de Odivelas a Concelho" e que ainda aguarda decisão do Tribunal da Relação, após decisão desfavorável para o município, na primeira instância. Este facto poderá condicionar o cumprimento da legislação relativamente às execuções orçamentais das autarquias locais e que prevê a obrigatoriedade de uma execução orçamental de 85%. Ora o valor em causa representa precisamente 21,4% do orçamento de 84,789 milhões de euros. -----

Também nas despesas correntes sobressaem os encargos com as indemnizações a pagar aos concorrentes do concurso para a concessão do abastecimento de água e drenagem das águas residuais, num valor aproximado dos 400 mil euros, o que demonstra a inoportunidade deste concurso e – perdoem-me a convicção – a evidente desresponsabilização de quem decidiu lançar este concurso que todos sabíamos estar comprometido. -----

Ainda no capítulo puramente financeiro, esta estimativa anual poderá ser agravada em 1,7 milhões de euros, caso persista a iniciativa do governo do Partido Socialista, empossado há minutos (que estará a ser empossado a esta hora), em repor os salários aos funcionários do sector público. -----

Mas focalizemos as Grandes Opções para o próximo ano, nas obras inscritas no documento que se encontra em debate. Apenas duas certezas: -----

- *A inscrição de 1,662 milhões de euros para a construção da edificação destinada a uma unidade de saúde, na cidade de Odivelas, e dos quais se prevê que o município seja ressarcido em*



Assembleia Municipal de Odivelas

aproximadamente 70% já que a autarquia será ainda a responsável pelo projecto global, fiscalização da obra e construção das acessibilidades, com os respectivos custos associados;

- O início de três obras no âmbito da candidatura "Reabilitar para Arrendar", ou seja, a reabilitação e consolidação exterior do edifício da Quinta do Espírito Santo; a requalificação da Quinta das Águas Férreas (e oxalá inclua o restauro da Capela de Santo António); a construção do Centro Interpretativo das Águas de Caneças. E esta candidatura trata-se de uma linha de financiamento a 30 anos com um período de carência de 10 anos. -----*

Também a fazer jus a uma recente comunicação do Senhor Presidente da Câmara, encontra-se estabelecida outra meia certeza: é crível que, em 2016, se inicie e conclua a obra de reconversão do espaço destinado à Feira da Arroja, num investimento que não deverá ultrapassar o meio milhão de euros. -----

*Neste domínio não podemos deixar de referir a inscrição de 2,6 milhões de euros no âmbito do financiamento **não definido**, para justificar a promessa do conjunto de obras estruturantes para o concelho, apresentadas há um ano, nas Grandes Opções do Plano, e que subsistem no papel, sem que nenhuma delas se tenha iniciado, dependendo agora quase exclusivamente dos subsídios comunitários consubstanciados, no Plano de Desenvolvimento Regional designado por "Estratégia Portugal 20-20". É conhecido que a Câmara Municipal de Odivelas candidatou um total de 15,787 milhões de euros e que só iniciará obra mediante a garantia da aquisição dos fundos correspondentes. Ora todos nós sabemos da enorme dificuldade que o município de Odivelas terá em receber grandes verbas ao abrigo da "Estratégia Portugal 20-20" e isso ficou clarividente na apresentação que foi feita, nesta Assembleia Municipal, pelo engº Demétrio Alves, da Área Metropolitana de Lisboa. -----*

Assim, ficam comprometidas cerca de duas dezenas de obras, algumas fundamentais e que se encontram incluídas no primeiro Plano Director Municipal de Odivelas, aprovado este ano." -----

*Presidente da União de Freguesia Ramada/Caneças **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU** -----*

*Presidente da União de Freguesia Pontinha/Famões, **Corália Rodrigues** pela bancada do **PS** -----*

***Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----*

"Temos de realçar que, ao contrário do que aconteceu no ano anterior desta vez tivemos informação mais completa e atempada através das comissões sendo de salientar que na reunião de Economia e Finanças tivemos a presença do senhor presidente da câmara, mas também na reunião da comissão de Planeamento, Ordenamento do Território tivemos a presença do senhor diretor municipal, que responderam a questões importantes. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Muito do conhecimento que temos relativamente às Opções que são tomadas são-no através das comissões e é precisamente para isso que as comissões servem. -----

É óbvio que, apesar das respostas e das explicações que foram dadas, cada grupo municipal, poderá ter outras opções políticas que seriam aplicadas caso tivessem ganho as eleições. -----

Parece também lógico pensar que a valorização de determinados projetos e investimentos ou a mera intenção de os realizar depende da visão de quem gere o município. -----

Não vamos questionar nem nunca o fizemos a autoridade do senhor presidente para elaborar as GOPS da maneira que entende. -----

Como todos sabemos as assembleias municipais não têm apoio técnico necessário para poderem desempenhar cabalmente o seu papel de acompanhamento e fiscalização do trabalho da câmara., analisando todos os documentos ao pormenor. -----

É um problema antigo. -----

Por isso vamos analisar as GOPS essencialmente pelo seu preâmbulo que é, na prática, a sua componente política, porque o orçamento é o resultado daquilo que é definido nas GOPS e o preâmbulo é um resumo abreviado das GOPS. -----

Registámos há uns meses com agrado a assinatura do protocolo para a construção do Centro de Saúde em Odivelas e da decisão no sentido da comparticipação da câmara para a construção do mesmo. -----

A inclusão de 1.662.000 euros (um milhão e seiscentos e sessenta e dois mil euros) em definido neste Orçamento mais não é do que o corolário de todo um processo que esperamos seja concretizado do mais rápido possível. -----

Pensamos que deve continuar o processo da repavimentação das vias degradadas e para isso está inscrita uma verba significativa mesmo sabendo que parte dessa verba é para pagamento de obras que já foram efetuadas. -----

Esperamos que relativamente a obras coercivas que estão previstas, nomeadamente nas Colinas do Cruzeiro haja ainda verbas suficientes nas garantias bancárias para efetuar as obras necessárias. -----

Também registamos a diminuição da dívida a terceiros e o prazo de pagamento a fornecedores que diminuiu drasticamente de um ano para o outro (segundo informação em nosso poder há um ano o prazo de pagamento a fornecedores estava nos 152 dias e agora, segundo informação prestada esse prazo está nos 70 dias) o que demonstra que a situação financeira dos municípios não é tão má quanto algumas vezes nos querem fazer crer e que o aumento na cobrança de impostos tem aumentado. -----

E isso aplica-se igualmente ao valor global da dívida que tem vindo a diminuir. -----

Mas é preciso não esquecer que, parte das receitas dos municípios provém de impostos diretos decididos e pagos pelos munícipes e que a responsabilidade pela aplicação desses impostos é do município onde residem. E aqui temos de dar o braço a torcer, pois após a chamada Lei de Finanças Locais da autoria do PS, de Eduardo Cabrita, que criticámos na altura devida, veio a revelar-se muito boa para os municípios pois permite



Assembleia Municipal de Odivelas

B
R. A

que os mesmos possam diminuir impostos, dívidas a terceiros e ainda encurtar os prazos de pagamento a fornecedores. -----

Não foi um "brutal aumento de impostos" mas anda lá perto. -----

Também entendemos que muitas vezes as queixas feitas pelos executivos de diversos municípios não têm a ver com a realidade mas com posições políticas que os partidos tomam a cada momento. -----

Na **Síntese do Quadro Financeiro** não temos nada a assinalar exceto a eterna verba "devida" pela instalação do município que continua a estar inscrita apesar a esperança do seu recebimento ser diminuta. Mas também compreendemos que a sua inscrição dá outra elasticidade ao Orçamento e permite outra liberdade de movimentos para o conjunto do Orçamento. -----

Apesar dos esclarecimentos dados relativamente aos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia continuamos sem entender bem o acréscimo de 15,7% que vem mencionado do preâmbulo (pág. 3) que totaliza 4.712.963,58 (Quatro milhões setecentos e doze mil novecentos e sessenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos). -----

A explicação que tivemos por parte do senhor diretor municipal é que este aumento reverte inteiramente para Odivelas. Fazendo fé naquilo que vem mencionado no preâmbulo seria um aumento de aproximadamente 600.000 euros de aumento. -----

Ora na conversa que tive com o senhor presidente da Junta de Freguesia de Odivelas o mesmo disse-me que o aumento para Odivelas situa-se na casa dos 250.000 euros. -----

Há portanto aqui lugar a uma explicação mais aprofundada que gostaríamos de ter. -----

Não há aqui uma palavra para deliberação no sentido da assunção da responsabilidade do município em relação ao pagamento da dívida relativa à construção do Pavilhão Multiusos e da Escola dos Apréstimos, no entanto tivemos essa explicação por parte do senhor presidente e do senhor diretor municipal em reuniões anteriores. -----

Notámos que, nas GOPS há um grande conjunto de obras que estão como "não definidas" nomeadamente no que diz respeito às candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020. -----

Todos sabemos que as hipóteses destas candidaturas terem sucesso são escassas para não dizer, quase nulas. -----

Tivemos nesta Assembleia Municipal a Comissão Executiva Metropolitana que deu uma visão geral do quadro e quais os destinatários e só uma ou duas obras é que se enquadravam nos objetivos definidos na altura. -----

Tivemos a promessa da senhora presidente da câmara de que, no que diz respeito à Escola dos Castanheiros, a mesma avançaria mesmo que não haja verbas do Portugal 2020. Gostaríamos de saber se o senhor presidente mantém essa intenção. -----

Registamos que o Programa **Reabilitar para Arrendar** regista um atraso na sua concretização. -----

Registamos igualmente que no preâmbulo não há menção a todo um conjunto de intervenções na Vertente Sul que já estão programadas há muitos anos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

B.

S. H.

Finalmente, registamos que, globalmente, verifica-se nas GOPS um certo grau de incerteza nalguns projetos o que não garante a concretização dos mesmos, ou seja, muitos dos projetos dependem de outras entidades para serem executados. -----

Apesar de algumas lacunas nas explicações que poderiam ter sido dadas relativas a projetos que sabemos estarem em curso, consideramos estas GOPS um pouco mais realistas, tirando os tais 18 milhões que continuam inscritos pelas razões que todos sabemos." -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"A CDU considera este documento vazio de conteúdo, pelo simples facto de muitas das obras nele propostas, serem apenas virtuais, isto é, estão fundamentadas nas candidaturas feitas ao Plano Estratégico 20.20 de fraquíssima consistência. -----

Contudo, gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Presidente da CM, com referência ao preâmbulo deste Documento, nomeadamente, na pág. 3, é afirmado que as transferências, para os Acordos de Execução, firmados com as Juntas de Freguesia, é de 15,7%.-----

Porque os valores indicados e anunciados, não estão refletidos no mapa das transferências para as Juntas, pergunto? -----

Onde está esta verba que nós não encontramos? -----

Por outro lado, não estamos esquecidos do compromisso da Presidência, assumido perante os titulares destas Autarquias, que durante o segundo semestre do corrente ano, iriam promover reuniões para rever e acertar questões que se apresentam com algumas incorreções ou necessitadas de melhor análise. -----

Ao que sabemos, essas reuniões não foram feitas, e assim, os eventuais resultados das mesmas não se encontram refletidos no Orçamento. -----

Há assuntos que consideramos relevantes, a necessitar de uma correção urgente, estou a referir-me à situação discriminatória entre freguesias, ou seja, com tratamento desigual para a população do concelho, quando considerada a situação de ser atribuído à União de Freguesias de Ramada e Caneças apenas três varrições por semana, quando nas restantes, apenas com a exceção de Famões, todas as restantes com cinco varreduras por semana. -----

Isto não é pouco, representa um prejuízo claro (da ordem dos 200 mil euros) para esta União de Freguesias que se preocupa em garantir a limpeza urbana aos níveis que a população merece. -----

Sabemos que o Sr. Presidente se mantém irredutível para corrigir esta situação, mas pela nossa parte, tudo faremos, para deixar bem claro, junto dos nossos fregueses, esta atitude discriminatória. -----

Algumas outras questões que não podemos aceitar como merecedoras de uma decisão favorável dos nossos eleitos, e refletidas neste documento. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

B.

D.
A.

Todos nós sabemos o estado em que se encontra a pavimentação dos nossos arruamentos, nomeadamente, nas AUGIS, mas para resolver essa situação, apenas encontramos uma verba de 402 mil euros, que consideramos reduzida para o efeito, mas se considerarmos que essa verba está condicionada com despesas já assumidas no valor de 320 mil euros, pouco resta para tapar buracos. -----

Mas se quisermos falar em sinalização vertical e horizontal, a coisa é mais criticável, estão definidos 215 mil euros, mas considerando o défice, em atraso (277 mil), esta verba não chega para pagar a dívida, não restando portanto nada para obra. -----

Haveriam tantos outros exemplos poderiam ser dados para fundamentar a nossa posição acerca do documento em análise, mas ficamos por aqui." -----

*Pelas 18h13m, registou-se a saída do membro da Assembleia, **José Pignatelli**, pela bancada do CDS/PP. ----*

***Miguel Galante**, pela bancada do PS proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----*

"Em Outubro afirmei aqui, com toda a convicção, que o Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Odivelas foi uma aposta ganha, reiterando as palavras da então Presidente Susana Amador que o "Orçamento Participativo de Odivelas veio para ficar!". -----

Os 13 projectos vencedores da edição do OP'15, orçados em mais de 1 milhão de euros, e que compreendem a beneficiação de escolas, a intervenção no espaço público na beneficiação/construção de espaços de lazer, a segurança rodoviária, a melhoria e construção de equipamentos colectivos (p. ex. a construção de um parque infantil no Bairro Dr. Mário Madeira), a realização de campanhas de sensibilização, constituem um conjunto diversificado de obras que irão decorrer por todo o concelho.-----

Como já tivemos oportunidade de afirmar aqui, este é um processo que merece a saudação e o reconhecimento político da bancada do Partido Socialista, pela coragem assumida no desafio inovador de evoluir o orçamento participativo para um modelo de segunda geração, de cariz deliberativo. -----

Mas, ao empreender este desafio a Câmara Municipal de Odivelas estava a assumir um enorme compromisso de responsabilidade para com os odivelenses - o compromisso de no prazo de dois anos concretizar em obra os 13 projetos que foram mais votados. -----

E este é um compromisso que assenta em sólidos alicerces de transparência e de confiança, tributários dos muitos odivelenses que se mobilizaram em torno do Orçamento Participativo e que reclamaram, com o poder do seu voto, um conjunto de intervenções, que uma vez concretizadas irão contribuir para melhorar a qualidade de vida da população do nosso concelho. -----

Nessa perspectiva, recordo o envolvimento ativo das comunidades da Arroja, do Vale Grande e do Vale Pequeno na Pontinha ou do Bairro Dr. Mário Madeira, comunidades que se empenharam e que se mobilizaram



Assembleia Municipal de Odivelas

JP.

S. H.

para captar um conjunto de investimentos que irão melhorar a qualidade de vida e que, por exemplo, no caso da Arroja irá permitir realizar um sonho antigo, uma promessa eleitoral que vem do tempo de Loures. -----

Essas populações acreditaram no poder da democracia participativa, no poder do orçamento participativo. O mesmo aconteceu com as comunidades escolares das EB1 D. Dinis e António Maria Bravo em Odivelas e da Cesário Verde em Caneças, que se mobilizaram em prol da beneficiação desses equipamentos escolares. ----

O OP'15 veio inaugurar um novo capítulo no modo de relacionamento do Poder Local com as comunidades que serve. Este OP veio afirmar a democracia participativa em Odivelas. Por isso, a expectativa da população é elevada e não pode ser defraudada. -----

É por isso, com agrado, que registamos a inscrição no OM 2016 das verbas destinadas para a execução dos 13 projetos aprovados no OP'15, o que constitui um importante sinal político e que demonstra o empenho do Executivo da CMO na missão de serviço público. Sabemos que existe o compromisso da realização dos projetos até ao final de 2017. Também sabemos que não é exequível fazer todas as obras ao mesmo tempo e, nessa perspectiva, **gostaria de solicitar ao Senhor Presidente da Câmara o esclarecimento sobre os projetos que a Câmara Municipal de Odivelas espera iniciar e executar durante 2016.** -----

Termino com uma manifestação de confiança ao Executivo, que acreditamos ser capaz de honrar o compromisso assumido com os Odivelenses na concretização, no prazo previsto de dois anos, de todas as obras inscritas no Orçamento Participativo."-----

Alcina Trindade, pela bancada do **PS** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"O Orçamento e Grandes Opções de Plano para 2016, apesar das dificuldades económicas, que o País atravessa devido à crise, uma crise que é Global, mas também às más políticas deste desgoverno que nos governou nestes últimos quatro anos, procura apesar de tudo, trilhar um caminho, que vai de encontro aos mais necessitados, como é a Marca de água do PS no Concelho de Odivelas. -----

Assim, este Orçamento apresenta medidas de alcance Social que, ao nível das funções Sociais, assumem um montante muito significativo de 25,7milhões de euros, valor que representa cerca de um milhão mais que no ano anterior, o que reflecte inquestionavelmente, a vontade de continuar a investir em áreas como a Educação, a saúde e a Acção Social e Habitação e os Serviços Colectivos entre outras. -----

De realçar ainda, que este Executivo Camarário para 2016, vai continuar a assegurar as três refeições aos alunos do Ensino Básico e Jardins de Infância da Rede Pública, bem como a oferta dos Manuais Escolares.

O apoio do Município nos Transportes Escolares. Os auxílios Económicos e na componente de Apoios à Família, no âmbito da Acção Social Escolar são outras preocupações deste Executivo. -----

Continua também, a apostar no apoio ao Movimento Associativo, pois Eles são exemplo de Cidadania e de integração Social no desenvolvimento das suas Actividades. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

B.
B. 4

O Apoio e a dinamização Social aos nossos Idosos. nomeadamente no âmbito das políticas Municipais e no Apoio às Entidades Sociais, são Preocupações deste Executivo. -----

Destacamos ainda, no âmbito da Habitação, a empreitada já adjudicada, para reabilitar dezoito Fogos Municipais. -----

E por último na área da Saúde e num grande esforço financeiro numa Obra da competência do Poder Central, a inscrição neste Orçamento da verba de um milhão seiscentos e sessenta e dois mil euros, para a construção da Unidade de Saúde Familiar de Odivelas, à tanto tempo esperada pelos Odivelenses, mas porque o PS prometeu, caminhamos a passos largos para uma nova Unidade de Saúde Familiar em Odivelas. -----

O PS, com este Orçamento, quer manter a implementação de medidas, que permitam contrariar as dificuldades económicas e Sociais em que se encontra grande parte da População, e que assim permitam promover o desenvolvimento económico, Social e Humano no nosso Concelho. -----

O PS prometeu, e apesar dos grandes constrangimentos económicos, está a cumprir, e os Odivelenses podem estar certos de que o Executivo Camarário liderado pelo PS, colocará nesta enorme tarefa, toda a sua responsabilidade e dedicação, rigor e seriedade. -----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto ---

A Sr^a. Presidente da Assembleia em Exercício, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, Com os votos a favor das bancadas do **PS e PSD** e os **votos contra** da **CDU e BE** -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos e Ilídio Ferreira, pela bancada da CDU e Paulo Sousa pela bancada do BE**, foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem:---

Paulo Sousa-----

"A Bancada do Bloco de Esquerda **votou contra** este Orçamento Municipal para o ano de 2016. -----

As razões que nos levaram a tomar esta decisão são da total responsabilidade do Executivo Municipal. -----

Mudam as caras mas as políticas mantêm-se, temos comprovadamente em Odivelas um Partido Socialista local, sem qualquer tipo de ligação ao programa, aos compromissos e às responsabilidades assumidas pelo Partido Socialista com sede no Largo de Rato em Lisboa e hoje mesmo governo da Nação. -----

Sabíamos que teríamos de lidar com esta realidade sem nunca deixar que se pusessem em causa os interesses e necessidades dos munícipes de Odivelas. -----

Vários pontos com os quais não podemos concordar nem aceitar: -----

1. **A redução do IMI**, ficou-se pelo "IMI Familiar", o qual foi apresentado como sendo um programa de incentivo à natalidade, sendo isso algo que roça o ridículo. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Como que se criando um apoio que apenas favorece **4.719** famílias não excluísse por si só mais de **53.000** agregados que por razões varias, apenas tem 1 filho, ou por culpa da conjuntura política e económica do anterior governo PSD-CDS não lhes passou pela cabeça formar família, nesse período em que os salários e as pensões foram cortadas, os apoios sociais rebaixados a valores e princípios de caridade e como tantos e tantos cidadãos que ficaram sem casa, penhoradas pelo estado, sem emprego ou com trabalhos extremamente precários que nunca lhes daria qualquer possibilidade de estabilidade nas suas vidas. -----

Excluem-se 53.000 agregados, ao invés de se fazer uma de duas coisas que se fizeram em executivos Socialistas no Distrito de Lisboa. -----

No Município de Lisboa a resposta, não passou por medidas de incentivo à natalidade e o que o PS local fez, foi abranger todos os agregados com filhos, fossem eles com 1 ou 5 filhos, possibilitando o alargamento do benefício a muitos mais cidadãos. -----

No Município de Sintra a resposta foi muito mais abrangente, o IMI baixou para todos, ao invés de excluírem como em Odivelas. -----

Estas foram propostas Socialistas diferentes no género e na abrangência que certamente teriam sido melhor acolhidas pelos partidos e principalmente pelos cidadãos. -----

A proposta do Bloco de Esquerda na questão do benefício fiscal em sede de IMI continua a ser a da progressividade do Imposto e do Benefício, ou seja, a única forma justa de equidade vertical do imposto só pode ser a de "quem mais rendimentos tem, mais paga" ou no caso do benefício "quem menos rendimentos tem, menos paga". -----

Essa seria a única forma de cumprir os pressupostos de um sistema fiscal justo. -----

2. No que toca aos Impostos, vimos também este executivo apresentar um relatório que fundamenta o **"Grande Plano para a recuperação e requalificação do Centro Histórico da Cidade de Odivelas"** baseado em falsas promessas. -----

Este executivo chega ao ponto de prometer aos proprietários o abaixamento do "Valor Patrimonial" dos seus imóveis ou frações, como se tal coisa fosse possível. -----

Os fatores de avaliação dos imóveis e por consequência o seu valor patrimonial está definido no artigo 38º do Código de IMI, o qual não deixa a possibilidade de executivos municipais poderem oferecer tal benesse particular. -----

Quando confrontados com esta questão, a resposta do executivo foi de que "Há coisas que ainda não estão bem definidas e aguardam esclarecimentos da Administração Tributaria", ora nesse caso, **não prometam o que não tem para dar.** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

3. No ponto das **GOP's** mais uma vez, promessas vazias. O executivo apresenta uma serie de obras de melhoramento em varias escolas do município, coisa que todos sabemos, ser totalmente impossível de realizar. -----

Estes projetos carecem de financiamento comunitário inserido no programa "**Portugal 20\20**", ora ainda há muito pouco tempo tivemos em plena Assembleia Municipal a presença do Presidente da Comissão Executiva Metropolitana Demétrio Alves, o qual fez o favor de informar todos os presentes, de que financiamento para obras em Odivelas será praticamente inexistente. -----

Mais uma vez as **promessas são bonitas quando se podem cumprir, de outra forma não passam de demagogia.** -----

4. Sobre obras, este executivo chegou ao ponto de se sentir satisfeito com os resultados de um **Orçamento Participativo** em que três dos treze projetos aprovados são de obras em espaço escolar os quais já eram da total e completa responsabilidade do município e de mais ninguém. Fazerem de conta que não são os responsáveis mas que serão os benfeitores **não fica bem quando se quer uma política séria.** -----
5. O grande projeto para o **Mercado da Arroja** é apresentado com um gasto total de meio milhão de euros para uma obra a concluir em 2016. Todas estas garantias sem que exista sequer um projeto ou plano de construção. -----
6. Um orçamento que deixa de fora qualquer tipo de **programa social**, onde não se encontra nada sobre questões **Ambientais**, onde a **Cultura** não passa da Malaposta, onde a **Terceira Idade** não tem nenhum tipo de investimento no envelhecimento ativo, onde a **Habitação Social** continua por construir enquanto bairros como o **Barruncho** mantêm-se sem solução. Isto tudo depois de sabermos que foi aprovada mais uma construção de 300 fogos com vista para esse mesmo bairro. **A força do betão continua a imperar em Odivelas em detrimento do bem estar social.** -----
7. Do programa **Reabilitar para Arrendar** não se sabe quantos os fogos, qual o tipo, valores e os moldes de renda aplicado, e especialmente sem que se saiba como será o acesso a este modelo de arrendamento. **Bolsa pública ou favores para amigos.** -----
8. Nas questões financeiras continuamos à espera de saber quanto pagarão os munícipes de Odivelas pela aquisição dos 51% da "**Odivelas Viva**". -----
9. A cereja no topo do bolo é certamente uma prenda ao ainda , Presidente da Assembleia Municipal Miguel Cabrita, o qual com as suas novas funções como Secretario de Estado do Trabalho terá uma enorme dor de cabeça. -----

Estamos a falar da verba de 87 mil euros em despesas para **Contratos Emprego Inserção**. De quantos trabalhadores estamos a falar e quantas vidas estão em causa o executivo não responde. A



Assembleia Municipal de Odivelas

B.
D.
A

precarização laboral e a degradação da estabilidade na vida destas pessoas, dando um péssimo exemplo para a Juntas e empresas do Município é garantidamente o caminho errado. -----

Relembramos este Partido Socialista local do seu próprio programa eleitoral, — Ponto 3, Capítulo 2, Pág. 14, título **"Promover o emprego combater a precariedade"** -----

Relembramos também o compromisso assinado no acordo de governação com o Bloco de Esquerda — Ponto 3 — o qual refere explicitamente **"combate ao uso de Contratos Emprego Inserção para substituição de trabalhadores"**.-----

Como trabalho de casa, esperamos que o executivo faça o favor de ir ler o **"Programa do XXI Governo Constitucional"**.-----

A triste realidade é que o **PS** local de Odivelas tem garantidamente um **D** gigante no fim, que vai muito para lá da mera aliança com o Partido Social Democrata no executivo". -----

Lúcia Lemos-----

"O Orçamento e Grandes Opções do Plano propostos para o ano de 2016 e da análise que dele fazemos, concluímos que este não é de facto e mais uma vez "o nosso orçamento". Este é o orçamento de quem gere esta câmara, correspondendo a uma linha de orientação estratégica de continuidade com as opções e objetivos políticos do PS e do PSD, sendo por isso da sua inteira responsabilidade e nós, eleitos da CDU, não nos revemos em muito do que nele é espelhado.-----

Este Orçamento e GOP continua a ser um orçamento de contenção, um orçamento "magro", com um valor global de cerca de 84,8 milhões, sendo que só o de 2015 foi inferior em cerca de 2 milhões.-----

Um orçamento que, passados 17 anos, continua a prever a receita dos 18 milhões pelo ressarcimento da instalação do município, valor que, embora compreendamos as razões e justificações, não poderá ser considerado para o investimento que é necessário fazer neste concelho. Odivelas contará assim, a confirmarem-se as previsões, com uma receita efetiva de cerca de 66 milhões. -----

Com base nos elementos que nos são fornecidos, consideramos que se mantêm e confirmam as razões que têm justificado a defesa da necessidade e urgência de um plano de redução de despesas municipais supérfluas e desadequadas do interesse do município, nomeadamente a renegociação dos encargos com a parceria público-privada, - cujos encargos se mantêm inalterados – e a redução significativa do recurso a serviços de consultadoria ou a aquisição de serviços externos que, com vantagem, podem ser executados diretamente pelos trabalhadores do município, mas que têm sido e continuam a ser uma realidade constante e crescente que, sem vantagens comprovadas, muito onera as finanças municipais. -----

A redução destas despesas permitiria canalizar verbas para onde são necessárias, ou seja, para o reforço nos investimentos em áreas fundamentais e que muitos deles vão continuar a marcar passo. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Quanto às receitas, globalmente previstas de forma realista, mantem-se uma estrutura assente principalmente nas receitas correntes (75 % do valor total do orçamento) e com um enorme peso da tributação direta, indireta, taxas e multas, que atingem quase 40% das receitas totais. -----

Mais significativo é ainda esta carga tributária sobre os munícipes se tivermos apenas em conta os 66 milhões espectáveis atingindo quase mais de metade das receitas que se preveem arrecadar (51%). -----

Se considerarmos que, não obstante o realismo global do documento, que sublinhamos, a estimativa de receita da Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) é, incompreensível para nós, quase o dobro do arrecadado em 2014, pelo que com probabilidade o peso dos impostos, com destaque para o IMI virá a confirmar-se ainda com maior impacto relativo. -----

É indiscutível que são estes impostos, em especial o IMI, que estão a "segurar" as receitas deste município.

No geral e num quadro em que as receitas correntes aumentam cerca de meio milhão de euros, em comparação com o orçamentado para 2015, a previsão de aumento dos impostos diretos é de mais de 1,2 milhões. Temos portanto razão quando dizemos que os munícipes deste concelho têm sido sucessivamente onerados na carga fiscal imposta e continua.-----

Quanto aos Acordos e Contratos de Execução continuamos a aguardar que a presidência desta Câmara cumpra a promessa e compromisso assumido com os presidentes de junta quando da "pseudo revisão" que foi efetuada em junho / julho passado, que, por parte dos presidentes de junta só foi assinado perante o compromisso atrás referido. São inadmissíveis os desequilíbrios e desigualdades de distribuição de recursos, nomeadamente quanto à limpeza urbana, não se pode admitir que umas freguesias recebem o correspondente a 5 varreduras semanais e outras recebam só o equivalente a 3 varreduras por semana. Os munícipes e fregueses do concelho têm todos os mesmos direitos. -----

Quanto às funções sociais e aos investimentos e intervenções necessários no concelho destacamos: -----

Nas áreas de coesão, habitação social e saúde, são inscritos no orçamento para 2016, 1 milhão 662 mil euros referentes à comparticipação financeira assumida (ainda que se preveja a restituição de 70% deste valor) para a construção do Centro de Saúde de Odivelas – um encargo financeiro significativo, que extrapola manifestamente as atribuições e / ou responsabilidades diretas, como por exemplo, na manutenção e conservação dos fogos municipais, na requalificação do espaço público dos bairros do IRHU na Pontinha ou na melhoria das condições de vivência dos bairros municipais como por exemplo o Olival do Pancas ou a urbanização da Arroja, onde o investimento previsto continua a ser, uma vez mais inexistente ou meramente residual. -----

Na área do social, as opções políticas ou prioridades definidas pelo executivo continuam a merecer as nossas maiores reservas, como por exemplo os apoios municipais às Instituições Particulares de Solidariedade Social (PAMO Social) que têm uma verba prevista de 90 mil euros para apoio à atividade de dezenas de instituições que dão resposta na área da infância, na área dos seniores, na deficiência, entre outros. No entanto e paralelamente o apoio previsto só para o "Almoço Sénior" e a "Banda Maior" totalizam 81 mil euros. Ou seja, as



Assembleia Municipal de Odivelas

B.
D
A

verbas previstas para as IPSS são apenas mais 9 mil euros. Inclusivamente, para 2016 não está prevista nenhuma intervenção em concreto para nenhum Centro de Dia. -----

Quanto ao Fundo Municipal de Emergência Social, constatamos a transferência de cerca de cerca de 16 mil e 500 euros de 2015 para 2016. Parece que as pessoas que recorrem a este Fundo Municipal de Emergência não estão a ser apoiadas. Num concelho, onde mais de 500 pessoas, crianças e idosos incluídos, nas cerca de 150 habitações precárias existentes no Barruncho vivem em condições muito precárias, com esgotos a céu aberto e caminhos de lama, este orçamento continua a não prever qualquer intervenção no bairro. -----

Mantém-se uma vez mais, uma enorme dispersão dos recursos afetos à área da Promoção e Educação para a Saúde, Cidadania e Igualdade. Existe mais de uma dezena de Programas e Projetos com verbas definidas quase irrisórias. Em nossa opinião esta dispersão e o montante das verbas condicionam fortemente a execução dos mesmos. -----

Na área da Educação constatamos, mais uma vez, que muitos dos investimentos necessários continuam a passar de orçamento em orçamento, como é o caso da Melo Falcão ou o JI Álvaro de Campos, já para não falar na EB1 Vieira Caldas, a necessitar de obras há anos, depois era uma escola nova, agora é a ampliação / requalificação da EB 2,3 dos Castanheiros, com a inclusão de um pavilhão para o 1º ciclo, mas como essa ampliação está dependente do programa 2020, muito provavelmente estará mais uma vez comprometida. ----

No Âmbito da Cultura e Património, os projetos que esta câmara garantiu fazer dentro ou fora do âmbito do Programa 2020 não têm qualquer verba vertida neste orçamento, como a reabilitação da Quinta do Espírito Santo, Quinta das Águas Férreas ou o Centro Interpretativo das Águas de Caneças. -----

São muitos e importantes os investimentos e intervenções da responsabilidade do Município que importa concretizar, no entanto alguns vão sendo sucessivamente adiados nomeadamente a tão falada requalificação da Av. D. Dinis, que tem no orçamento a verba definida de 50 euros o anúncio sistemático de grandes projetos e que criam naturalmente expectativas na população não corresponde nada de palpável que garanta a sua execução. -----

Estes são apenas alguns exemplos do que devia ser feito mas vai continuar por fazer. -----

Muitos outros exemplos poderiam ser dados, como bem ficou patente nas intervenções por nós proferidas no período de discussão e que no global nos reconduzem de novo para a constatação de que outra distribuição de recursos financeiros e outra definição de prioridades certamente possibilitaria uma intervenção continuada, consistente e verdadeiramente eficaz no conjunto das competências municipais, apesar e não obstante os constrangimentos financeiros impostos pelo poder central. -----

Por tudo o que fica dito, o nosso voto contra". -----

Presidente da União de Freguesia Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira -----

"Votei contra por estar convencido que as freguesias que tenho obrigação de gerir e defender estão a ser discriminadas nesse orçamento." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

B
D.
N

Luís Salmonete, pela bancada do PSD

Dado o adiantado da hora a Sr.^a Presidente da Assembleia em Exercício apresentou ao Plenário a retirada dos ponto 3 e 5 a passagem de imediato ao ponto 4 tendo sido **aprovado por unanimidade**.

PONTO 4 - ORÇAMENTO DOS SIMAR

Presente para deliberação, a proposta de "Orçamento dos SIMAR", de acordo com a informação Interno nº 11050/2015, de 2015.11.03, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 21ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 2015-11-04, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião.

Pela Sra. Presidente da Assembleia em Exercício foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do ponto.

No âmbito do presente ponto usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:

Fernando Painho, pela bancada da CDU, fez uma intervenção sobre o sentido de voto da bancada da CDU.

A Sra. Presidente da Assembleia em Exercício, colocou à votação os documentos previsionais dos SIMAR de 2016, bem como o mapa de pessoal de 2016, tendo os mesmo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor do PS e PSD e as abstenções da CDU e BE

Pelos Membros da Assembleia Municipal, António Ramos, pela bancada do PS e Armindo Fernandes pela bancada da CDU, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:

António Ramos

"Com a constituição dos SIMAR, somos chamados a analisar e a aprovar ou não, ou poderemos sempre abster-nos, os mais importantes documentos de gestão desta Empresa Intermunicipal.

Constituídos há pouco mais de 1 ano, foi natural que neste primeiro ano de existência, enquanto empresa intermunicipal, as principais opções fossem a alteração do modelo de gestão, a natural reestruturação dos diversos serviços e o planeamento de novas estratégias e investimentos de médio e longo prazo que contemplassem os dois Concelhos integrantes dos SIMAR.



Assembleia Municipal de Odivelas

B.
J. A

Ainda assim e com as diversas alterações em curso foi possível, no corrente ano, direccionar para o Concelho de Odivelas investimentos de elevada grandeza e de montantes nunca antes vistos. -----

Consolidadas que estão, quer o modelo de gestão, quer as alterações efetuadas, o presente orçamento e GOPs, apresentam-nos um conjunto de objetivos bem ambiciosos que de há muito se mostravam necessários:

- qualidade e eficiência dos serviços prestados, seja no fornecimento das águas, seja na recolha dos RSU. ----
- diminuição das perdas de água e combate às práticas fraudulentas.-----
- investimento em novos processos como a telemedição e o telecontrolo do abastecimento de água. -----
- aposta na valorização e qualificação dos seus recursos humanos. -----
- adoção de uma política de preços tendo em conta a situação tanto do país como das famílias. -----
- Adesão aos princípios estratégicos da gestão de resíduos urbanos consagrados no PERSU2020, tendo em conta um incremento significativo na recolha seletiva de resíduos urbanos. -----

Objetivos que merecem toda a nossa concordância. -----

O orçamento que nos é apresentado com valores da ordem dos 73,6 milhões de euros, reflete a nível da receita, uma atualização de 1,2% nas tarifas referentes ao abastecimento de água, de águas residuais e resíduos urbanos, aumento que reflete a inflação esperada para o ano de 2016. -----

De salientar, porque reputamos de importante, a manutenção e sem qualquer aumento dos tarifários social e familiar, que diga-se não registam aumentos desde o ano de 2013.-----

No que se refere à despesa, que não reflete um eventual cenário de atualização dos preços de aquisição de água, o qual poderá vir a acontecer, de registar a previsão do aumento do quadro de pessoal de modo a suprir algumas carências que se verificam nalguns serviços. -----

No que se refere a investimentos, é com alguma satisfação que verificamos verbas já definidas em investimentos para concretizar em quase todas as freguesias do Concelho, mas em especial em Caneças e em Odivelas, seja na remodelação da rede de abastecimento de água, seja na substituição de condutas, seja na construção de reservatórios ou estações elevatórias.-----

Poderemos dizer, Sr., Presidente., Sras., e Srs., Deputados que valeu a pena a luta que travámos. -----

Poderemos considerar o presente orçamento e GOPs muito positivos para Odivelas.-----

Por tudo isto, a bancada do PS votará favoravelmente a presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2016 dos SIMAR – Serviços Inter Municipalizados de Água e Resíduos de Loures e Odivelas.” -----

Armindo Fernandes-----

“A nossa abstenção é pois uma clara posição política que em nada significa menor solidariedade para com os SIMAR e para os Municípios envolvidos: Loures que tomou a iniciativa de levar por diante este novo serviço inter municipalizado ou para com o Município de Odivelas que a ele aderiu desde a primeira hora. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

É preciso unir esforços para enfrentar e inverter estes constrangimentos externos. É esse o sinal que queremos dar. Em defesa dos SIMAR, da melhoria da qualidade e acessibilidade a todos os seis clientes". -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

A **Senhora Presidente da Assembleia em Exercício** informou todos os presentes que se não se registaram. Inscrições do público. -----

Nada mais havendo a tratar, a **Sra. Presidente da Assembleia em Exercício** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 19h28, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pela 2.º Secretária e pela Senhora Presidente em Exercício. -----

A Senhora Presidente em Exercício: 

O 1º Secretário: 

A 2ª Secretária: 